

A REPERCUSSÃO DO MODELO CAPITALISTA NO CENÁRIO DA FOME¹

Carline Balensiefer Zanuso², Karina Ribeiro Rios³

¹ Trabalho desenvolvido na disciplina de Atenção Dietética nos Ciclos da Vida do curso de Nutrição da UNIJUÍ.

² Estudante do curso de Nutrição, 4º módulo.

³ Professora regente da disciplina Atenção Dietética nos Ciclos da Vida do Curso de Nutrição da UNIJUÍ. Nutricionista, Mestre em Alimentos e Nutrição.

Introdução/Objetivos: No cenário mundial, a fome e a insegurança alimentar sempre coexistiram em períodos e/ou proporções atinentes. O impacto do difícil acesso a itens de primeira necessidade, como alimentação (de qualidade), no desenvolvimento das populações, pode ser devastador. No cenário brasileiro, tem-se registrado novos índices agravados, recentemente, de fome e insegurança alimentar. Em contrapartida a esse contexto local, registrou-se que a produção de grãos alcançou valores recordes no mesmo período, atestando que este problema está, possivelmente, atrelado à distribuição de renda inadequada, proporcionada pelo modelo econômico vigente. Motivada por esta relevante discussão, o presente trabalho se propõe a discutir a atuação das políticas brasileiras em relação à fome.

Metodologia: Trata-se de um resumo simples, de natureza qualitativa, produzido por meio da leitura de diversos materiais bibliográficos para produzir um ensaio opinativo. **Resultados e Discussão:** Conforme registros históricos, datados do século passado, tem-se relatos de que no século XVIII acreditava-se que a solução para erradicar a fome estava na produção suficiente de alimentos para todos os indivíduos. No entanto, mesmo após o desenvolvimento de tecnologias que permitiram a produção de alimentos em grande escala, entendendo-se quantidade satisfatória, a fome permaneceu, inferindo que a fome que assola coletividades, não é, necessariamente, um fenômeno natural. A hegemonia exercida pelos colonizadores europeus, consumada nos países subjugados, carregou em si considerável responsabilidade pela transformação do alimento em mercadoria e, a partir disso, o uso da fome e da pobreza para o controle sobre as populações. Documentos brasileiros que legitimam o acesso a direitos humanos fundamentais e sociais, como à alimentação adequada, exemplificados pela Constituição Federal, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e outros instrumentos jurídicos internacionais, definem o Direito Humano à Alimentação Adequada como o direito de cada pessoa ter o acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para obter estes alimentos, sem comprometer os recursos para obter outros direitos fundamentais, como saúde e educação. No Brasil, essa compreensão decorre, principalmente, da luta de movimentos sociais. Entretanto, a fome e a insegurança alimentar persistem como problemas constantes. Além disso, o barateamento e o apelo comercial dos produtos ultraprocessados têm incentivado seu consumo em detrimento de comida de verdade. **Conclusão:** A conquista de medidas que tenham impacto no combate à fome deve persistir nas demandas dos movimentos sociais. O direito humano à alimentação adequada poderia resultar da estabilidade na manutenção das políticas públicas no Brasil. No entanto, o cenário da fome é, majoritariamente, fruto do sistema capitalista e de interesses políticos associados.

Palavras-chave: Fome. Capitalismo. Insegurança Alimentar. Direito Social À Alimentação.